



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

GESTÃO DO CONHECIMENTO E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS DE GOVERNO: UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE JOÃO PESSOA/PB

KNOWLEDGE MANAGEMENT AND GOVERNMENT PARTICIPATORY METHODOLOGIES: AN ANALYSIS OF PARTICIPATORY BUDGETING IN JOÃO PESSOA/PB

Márcia Maria de Medeiros Travassos Saeger¹, Júlio Afonso Sá de Pinho Neto²

Modalidade da apresentação: Pôster

Resumo: Esta pesquisa, cuja temática é relacionada à aplicação da Gestão do Conhecimento em metodologias participativas governamentais, apresenta como objetivo geral identificar as ações da gestão do Orçamento Participativo voltadas para a criação, aquisição e explicitação do conhecimento tácito das comunidades do município de João Pessoa/PB. A pesquisa é classificada como descritiva e de campo, com abordagem qualitativa, constituindo-se em uma pesquisa de doutoramento ainda em desenvolvimento. A coleta de dados ocorreu utilizando-se como instrumentos a entrevista semiestruturada e a observação participante. Os resultados parciais revelam uma grande necessidade da implantação de mecanismos de Gestão do Conhecimento no Orçamento Participativo de João Pessoa, contribuindo, assim, para a plena execução de suas ações.

Palavras-chave: Gestão do conhecimento. Políticas públicas. Orçamento Participativo. Ciência da informação.

Abstract: *This research, whose theme is related to the application of Knowledge Management in government participatory methodologies, presents as general objective identify the Participatory Budget management actions aimed for the creation, acquisition and explicitness of the community tacit knowledge in the city of João Pessoa/PB. The research is classified as descriptive and field, with a qualitative*

¹Doutoranda em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA/UFPB). Graduada e Mestre em Administração (PPGA/UFPB).

²Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB) e do Departamento de Comunicação (DECOM/UFPB). Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutor em Ciência da Informação pela Faculdade de Comunicação e Documentação da Universidade de Murcia (Espanha).

approach, consisting in doctoral research still in development. The data collection was done by semi-structured interview and participant observation. Partial results indicate a great need for implementation of knowledge management mechanisms in the participatory budgeting in Joao Pessoa, contributing, thus, for the complete application of its actions.

Keywords: Knowledge management. Public policies. Participatory budgeting. Information Science.

1 INTRODUÇÃO

As metodologias participativas de governo têm como base fundamental a inserção da comunidade na discussão das políticas públicas, permitindo desta maneira o livre exercício da cidadania. Nesse sentido, a participação da sociedade, por meio de um contexto que estimule a criação e o compartilhamento do conhecimento da comunidade é algo fundamental quando se pretende um envolvimento coletivo voltado para a formulação de todo e qualquer tipo de política pública (CARLOS, 2015; MACHADO; VERGUEIRO, 2010).

O Orçamento Participativo (OP) constitui uma metodologia participativa que viabiliza o diálogo da sociedade com o governo, a fim de que sejam discutidas formas mais eficientes de utilizar os recursos públicos (CARLOS, 2015). Para que suas ações atendam às carências da comunidade, faz-se mister que a formulação das políticas públicas propostas pelo OP tenha como base os conhecimentos oriundos da própria comunidade sobre suas necessidades, sobretudo aqueles que ainda não se encontram explicitados. Isto porque as experiências individuais ou coletivas, sob a forma de conhecimento tácito, devem ser consideradas, a fim de que, por meio de sua explicitação, sejam transformadas em informação (CHOO, 2003).

Contudo, é muito frequente perceber que nem sempre a formulação, implantação e execução das políticas públicas acontecem tomando-se como base o conhecimento social, e isto ocorre seja pela ausência de um canal de comunicação entre o ente público e a sociedade, seja pela falta de um ambiente que permita a criação deste conhecimento, ou ainda, pelo não gerenciamento do conhecimento criado ou adquirido na comunidade (CARVALHO, 2013). A criação de um contexto capacitante para a construção, registro, organização e disseminação do conhecimento social consiste na gestão deste conhecimento, conforme o entendimento de Barbosa (2008).

Saracevic (1996) assegura que a Ciência da Informação (CI) se constitui num campo que viabiliza o levantamento de questões relacionadas à informação e ao conhecimento, bem como as suas contribuições para o desenvolvimento social, entendendo-se assim que a CI fornece o escopo teórico necessário para embasar os estudos sobre a Gestão do Conhecimento (GC). Ao discorrer sobre as correntes teóricas da CI, Araújo (2014) enfatiza a necessidade de que informação e

conhecimento sejam gerenciados, por se tratarem de recursos estratégicos às organizações, o que ocorrerá por meio da Gestão da Informação e do Conhecimento.

Desta feita, considerando que o OP poderá, de fato, atender às necessidades da comunidade ao propiciar a criação de um contexto que estimule a produção do conhecimento social, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: como a Gestão do Conhecimento pode contribuir para a eficiência das ações do Orçamento Participativo? Para tanto, apresenta como objetivo geral identificar as ações da gestão do Orçamento Participativo voltadas para a criação, aquisição e explicitação do conhecimento tácito das comunidades do município de João Pessoa/PB. Possui, ainda, como objetivos específicos: descrever as ações da gestão do OP relacionadas ao conhecimento social produzido nas assembleias regionais; identificar como este conhecimento é utilizado na gestão do OP; evidenciar as contribuições da GC para a gestão do OP de João Pessoa/PB. Adotou-se como hipótese que o Orçamento Participativo, da maneira como vem sendo executado, não atinge plenamente o seu principal objetivo, que se constitui na gestão democrática dos recursos públicos, através da participação da comunidade nesse processo, sendo necessária a adoção de um modelo de Gestão do Conhecimento capaz de contribuir para o uso estratégico do conhecimento e das informações produzidas pelas comunidades de João Pessoa.

Sendo assim, são apresentados neste trabalho os resultados da primeira fase de uma pesquisa de campo, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com um dos gestores do OP e também por meio da observação participante em uma das assembleias regionais do OP, realizada no ano de 2015.

2 A GESTÃO DO CONHECIMENTO

A informação e o conhecimento são produtos de uma construção social, mantendo uma relação indissociável entre si. Todavia, para que o conhecimento possa viabilizar o desenvolvimento individual, organizacional ou social, possibilitando assim a construção de informações relevantes e de qualidade, é preciso buscar meios que permitam o seu gerenciamento, por meio de uma rede colaborativa para a criação de conhecimentos, e de seu compartilhamento entre os membros de uma organização (VON KROGH; ICHIJO; NONAKA, 2000).

Neste sentido, o objetivo da GC é maximizar o valor do conhecimento organizacional, apoiando-se no conhecimento coletivo, viabilizando a sua externalização entre os colaboradores, contribuindo para a inovação e para o aumento da capacidade de resposta às mudanças no ambiente (ACCORSI, 2014; NAVARRO; BONILLA, 2003). Segundo Barbosa (2008), a

aplicação eficiente da GC consiste na descoberta e no compartilhamento do conhecimento para a sua efetiva utilização, a partir do estímulo da criação e da socialização deste conhecimento.

Nas instituições públicas, cujo maior objetivo deve ser sempre o de atender ao interesse da comunidade, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, Batista (2012) entende que a GC deve contribuir sobremaneira para o aumento da qualidade e eficiência das ações do ente público no cumprimento de seus projetos de desenvolvimento social, realidade na qual se insere o Orçamento Participativo.

Tendo como objetivo a gestão democrática dos recursos públicos, por meio da participação da comunidade, o OP da cidade de João Pessoa foi institucionalizado pela Lei Ordinária nº 12.539, de 12 de março de 2013. Para que este objetivo seja atingido, as comunidades das 14 regiões do OP de João Pessoa deverão eleger as demandas sociais prioritárias e acompanhar, por meio de seus representantes, as ações para a sua execução, a partir das seguintes etapas: a) reuniões preparatórias; b) audiências e assembleias regionais; c) assembleia geral; d) caravana de acompanhamento; e) planejamento participativo e, f) avaliação do ciclo.

Percebe-se que este deve ser um processo totalmente fundamentado nas informações oriundas do conhecimento da comunidade, notadamente na etapa das audiências e assembleias regionais, onde a população é conclamada a debater sobre as suas necessidades, sendo as demais ações do OP desenvolvidas a partir das demandas eleitas. O desenho do OP indica a necessidade, para o seu pleno funcionamento, da aplicação de mecanismos de gestão do conhecimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é caracterizada, quanto aos objetivos, como descritiva, por descrever as ações da gestão do Orçamento Participativo do município de João Pessoa/PB relacionadas à criação e socialização do conhecimento social. Cooper e Schindler (2011) consideram que o estudo descritivo segue uma estrutura mais formal, descrevendo determinado fenômeno. Classifica-se ainda como uma pesquisa de campo e de natureza qualitativa, que é orientada para a compreensão da realidade e dos fatores que nela podem intervir, considerando as expressões e as atividades dos sujeitos em seus contextos locais (FLICK, 2009).

Quanto ao método, esta é uma pesquisa apoiada no método dedutivo, uma vez que está fundamentada nas teorias sobre a GC e sobre as metodologias participativas – com ênfase ao Orçamento Participativo – para, então, identificar os aspectos específicos relacionados à problemática levantada para o OP do município de João Pessoa.

Para a atual fase da pesquisa, com o intuito de identificar as ações da gestão do OP voltadas para a criação, aquisição e explicitação do conhecimento tácito das comunidades do município de João Pessoa/PB, foi realizado um levantamento inicial, utilizando como instrumentos de coleta de dados a entrevista semiestruturada e a observação participante. Foram realizadas duas entrevistas com um dos gestores do OP de João Pessoa, sendo que a primeira ocorreu no mês de abril de 2015 e a segunda no mês subsequente. Já a observação participante se deu durante a realização da assembleia regional da 1ª Região do município de João Pessoa, ocorrida em maio de 2015.

4 RESULTADOS PARCIAIS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Para identificar quais são os mecanismos de criação/aquisição do conhecimento tácito da comunidade de João Pessoa, como também com o intuito de conhecer quais são os processos necessários para a sua explicitação, optou-se, inicialmente, pela realização de uma entrevista semiestruturada com um dos gestores do OP. Foi possível também, a partir desta entrevista, conhecer e descrever as ações que foram efetivamente executadas no OP até aquele momento, resultantes dos diálogos ocorridos entre a comunidade e os gestores do OP durante as assembleias regionais realizadas no ano de 2014, período correspondente ao último ciclo realizado pelo OP.

Segundo o entrevistado, a comunidade de cada região, presente nas assembleias regionais, deve eleger, por votação, as demandas sociais prioritárias dentre todas as demandas apresentadas até aquele momento. Assim, o debate sobre tais necessidades se dá entre a população e os gestores municipais, com a intermediação dos representantes destas comunidades. As ações para a criação do conhecimento das comunidades são desenvolvidas com base na gravação dos diálogos e posterior explicitação das falas, transcrevendo-as, além da elaboração das atas de cada reunião.

Os documentos produzidos a partir destas discussões coletivas ocorridas nas assembleias regionais servem para que os gestores do OP, juntamente com os representantes de cada região, realizem o estudo da viabilidade das ações e elaborem o planejamento para a sua execução. Desta forma, o conhecimento produzido nas assembleias é utilizado para subsidiar as ações da gestão do OP, no sentido de atender às demandas das comunidades.

Com o intuito de verificar em maior profundidade como este processo de criação do conhecimento social ocorre, optou-se pela observação participante em uma das assembleias regionais do OP. Neste espaço, foi possível constatar, a partir das falas da comunidade, que nem todas as demandas apresentadas pela população foram executadas em conformidade com o que foi solicitado em assembleias anteriores.

Buscando sanar as dúvidas surgidas inicialmente após a observação, foi realizada uma nova entrevista com o gestor, verificando-se, dentre as informações obtidas, que nem todas as demandas das assembleias realizadas anteriormente foram devidamente documentadas, o que representa inegavelmente uma perda parcial do conhecimento social existente naquelas comunidades. Este problema, segundo o entrevistado, ainda se constitui num dos grandes obstáculos a uma boa gestão do OP, sendo decorrente da falta de mecanismos que permitam não apenas a criação do conhecimento social, mas também que possibilitem o desdobramento deste processo a partir da explicitação do conhecimento produzido pelas comunidades. Isto torna evidente a necessidade de que sejam implantados mecanismos de GC na gestão do Orçamento Participativo.

5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A investigação proposta nesta pesquisa evidenciou obstáculos no que concerne à gestão do conhecimento social necessário para a formulação das ações do OP de João Pessoa, indicando problemas relacionados à explicitação do conhecimento oriundo das assembleias regionais, o que implica diretamente na plena execução das etapas seguintes do OP. Isto porque, em virtude da falta de algumas informações necessárias para viabilizar o atendimento das demandas sociais, a execução das ações do OP fica comprometida, acarretando assim apenas um atendimento parcial das solicitações da comunidade, conforme pôde ser constatado nessa etapa inicial.

Tais deficiências apontam para a necessidade de que sejam implantados mecanismos de GC na gestão do OP de João Pessoa, justificando plenamente a adoção de um modelo de Gestão do Conhecimento capaz de contribuir para o uso estratégico do conhecimento e das informações produzidas nas comunidades atingidas, algo fundamental para a formulação de políticas públicas comprometidas em produzir benefícios à sociedade.

Destarte, os resultados desta investigação preliminar permitiram evidenciar que a GC é um elemento essencial para que seja alcançada a eficiência na gestão do Orçamento Participativo de João Pessoa/PB. Vale ressaltar que esta investigação prosseguirá, uma vez que faz parte de um curso de doutorado em Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

- ACCORSI, F. L. **A Gestão do Conhecimento integrada à tecnologia: *connecting ba*** – uma nova forma de apoiar o trabalho colaborativo na criação do conhecimento organizacional. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- ARAÚJO, C. A. Á. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.
- BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n.esp., p. 1-25, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, F. F. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: Ipea, 2012.
- CARLOS, E. **Controle social e política redistributiva no Orçamento Participativo**. Vitória: EDUFES, 2015.
- CARVALHO, A. P. M. **A contribuição da Gestão Social do Conhecimento na construção de um espaço de participação da sociedade na Administração Pública**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília – DF.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado. São Paulo: Senac Editora, 2003.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- FLICK, U. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- JOÃO PESSOA. Lei Ordinária n.º 12.539, de 12 de março de 2013. Institucionaliza o Orçamento Participativo no âmbito do município de João Pessoa, alterando dispositivos da Lei n.º [11.903](#), de 29 de março de 2010 e dá outras providências. **Semanário oficial**. João Pessoa, PB, 10-16 mar. 2013. Disponível em: < http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/2013_1363.pdf >. Acesso em: 26 jun. 2016.
- MACHADO, E. C.; VERGUEIRO, W. A prática da gestão participativa em espaços de acesso à informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Revista Interamericana de Bibliografia**, Colômbia, v. 33, n. 1, jun. 2010.
- NAVARRO, M. Á. E.; BONILLA, D. N. “Gestión del conocimiento y servicios de inteligencia: la dimensión estratégica de la información”. **El profesional de la información**, 2003, julio-agosto, v. 12, n. 5, p. 269-281.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <
<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

VON KROGH, G.; ICHIJO, K.; NONAKA, I. **Enabling knowledge creation**: how to unlock the mystery of tacit knowledge and release the power of innovation. Oxford: University Press, 2000.